ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL: uma análise a partir do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe

Ana Carolyna Ribeiro Sales[1]

Carolina Sampaio de Sá Oliveira[2]

Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves[3]

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe que trata da assistência estudantil, englobando o período de 2013 a 2019. Por meio de pesquisa documental, foram identificadas 4 dissertações que abordam a temática, distribuídas de forma igual entre as linhas de pesquisa do Programa. Os conteúdos das dissertações possibilitam a compreensão da política de assistência estudantil após a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, em 2010, relacionando-a aos aspectos da realidade. As pesquisas elencam aspectos acerca do exercício profissional dos/as assistentes sociais nesse espaço sócio ocupacional, bem como das ações promovidas por essa política, que tem por objetivo promover as condições de permanência aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior - IES.

Palavras-chave: Serviço Social. Produção de Conhecimento. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

This article aims to analyze the knowledge production of the Postgraduate Program in Social Work at the Federal University of Sergipe, which deals with student assistance, covering the period from 2013 to 2019. The contents of the dissertations make it possible to understand the student assistance policy after the creation of the National Student Assistance Program - PNAES, in 2010, relating it to aspects of reality.Through documentary research, 4 dissertations were identified that address the theme, distributed equally between the lines of research of the Program. The research lists aspects about the professional practice of social workers in this socio-occupational space, as well as the actions promoted by this policy, which aims to promote the conditions of permanence for students in a condition of socioeconomic vulnerability in the undergraduate courses of the Institutions of Higher Education - IES.

[1] Universidade Federal de Sergipe; Graduanda em Serviço Social; carolynaribeirosales@gmail.com
[2] Universidade Federal de Sergipe; Mestranda em Serviço Social; carolina.oliveira0312@gmail.com
[3] Universidade Federal de Sergipe; Doutora em Serviço Social; licavasconcelos@gmail.com

Keywords: Social Service. Knowledge Production. Student Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2010, foi resultado dos esforços coletivos de movimentos desencadeados por segmentos (discentes, docentes, técnico-administrativos, pró-reitores de assuntos estudantis e outros) vinculados a política de educação, que lutaram pela consolidação da assistência estudantil enquanto um direito social, oportunizando a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior público. Desde a sua criação, ampliou-se a atuação do Serviço Social frente à formulação, gestão e operacionalização das ações de assistência estudantil nas universidades, no entanto, nem todas as IES possibilitam espaços de participação na formulação e gestão, ficando os assistentes sociais predominantemente na operacionalização.

Com a expansão da assistência estudantil enquanto um espaço sócio ocupacional dos/as assistentes sociais, a produção teórica do Serviço Social vem se debruçando sobre esse tema, conquistando destaque nos eventos e periódicos da profissão. Considerando a dinamicidade do conhecimento e o movimento histórico da política de assistência estudantil, pressupõe-se que a produção de conhecimento do Serviço Social em torno desse objeto de pesquisa possui diferentes recortes e concepções, a depender da conjuntura. Diante dessa constatação, torna-se fundamental avaliar como está organizado o conhecimento sobre a assistência estudantil no arcabouço teórico da profissão, e em específico, nas dissertações defendidas no âmbito do programa de pós-graduação onde foi desenvolvida a pesquisa que fundamenta as reflexões apresentadas.

Este artigo se propõe a analisar a produção de conhecimento acerca da assistência estudantil a partir das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS). Tem como referência os resultados do projeto de iniciação científica (PIBIC) que vem sendo desenvolvido desde 2015. A cada ano, são analisadas as dissertações do ano

anterior, a fim de identificar as temáticas, os objetos de estudo e a sua relação com a linha de pesquisa, os aspectos teóricos-metodológicos e os principais fundamentos, com o propósito de suscitar novas pesquisas e/ou aprofundem as temáticas mais recorrentes, como será realizado no presente trabalho.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, cuja análise está fundamentada no materialismo histórico-dialético, buscando articular as informações obtidas ao contexto sócio-histórico, de modo a estabelecer nexos com a totalidade. Como recurso metodológico foi realizada pesquisa documental a partir das dissertações encontradas no sítio eletrônico do PROSS/UFS, em formato PDF, no período de 2013 a 2019. Nas reflexões produzidas, buscou-se analisar a produção de conhecimento do Programa que trata da assistência estudantil, considerando os diferentes objetos de pesquisa em torno do tema em questão e o conteúdo das dissertações.

A fim de atingir o objetivo proposto e coerente com o método materialista histórico-dialético, faz-se necessário apreender, mesmo que de forma breve, o desenvolvimento da política de assistência estudantil e a sua constituição enquanto tema de pesquisas do Serviço Social. Para isso, o artigo foi estruturado em dois itens além da introdução e das considerações finais. Um, realizando reflexões sobre a assistência estudantil e a produção de conhecimento do Serviço Social, outro apresentando os principais resultados obtidos.

2 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ÁREA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

A assistência estudantil está materializada no âmbito da política de educação, voltada para a permanência dos estudantes no ensino superior, com a intenção de favorecer a conclusão dos cursos de graduação pelos discentes. Com a ampliação das vagas nas universidades, tornou-se necessário criar ações que possibilitem a permanência dos alunos que não possuem condições socioeconômicas de se manterem na universidade.

A institucionalização da assistência estudantil no país é considerada recente, ocorrida no bojo da contrarreforma da educação superior, e foi dada através do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES foi inicialmente instituído pela Portaria[i] Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Esse regramento legal, foi instituído, após anos de discussões entre gestores de instituições de ensino e discentes a fim de garantir as condições de permanência e reduzir os índices de evasão em decorrência de questões provocadas pela situação socioeconômica familiar (IMPERATORI, 2017). A sua regulamentação avançou com o Decreto[ii] nº 7.234, artigo 2º, estabelece que:

> 2º São objetivos do PNAES:
> I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
> II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
> III - Reduzir as taxas de retenção e evasão;
> IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010)

Resultado das pautas de reivindicação do movimento estudantil, bem como da articulação política promovida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), o PNAES estabelece rubrica orçamentária para financiamento das ações de assistência estudantil, entretanto com volume ainda insuficiente para as demandas da comunidade estudantil no atendimento de todos os eixos previstos no art. 3:

> § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
> I - Moradia estudantil;
> II - Alimentação;
> III - Transporte;
> IV - Atenção à saúde;
> V - Inclusão digital;
> VI - Cultura;
> VII - Esporte;
> VIII - Creche;
> IX - Apoio pedagógico; [...] (BRASIL, 2010, supressão nossa)

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) utilizam também o processo de “bolsificação” para atender esses eixos da assistência estudantil. Dessa forma, cabe ressaltar que, em Sergipe:

> [...] **A Assistência Estudantil tem se caracterizado reafirmando a centralidade do que vem sendo conhecido criticamente pelos estudiosos da área como *bolsificação***. Esses auxílios e/ou bolsas com transferência de recurso financeiro ao beneficiário, além de repassar para o estudante uma responsabilidade que é institucional, por vezes possuem valores incompatíveis à garantia das condições de permanência requeridas pelos estudantes. (NASCIMENTO; SANTOS, 2014, p. 119, grifos do autor).

Acerca dessa questão, Mendes (2019, p. 33) também alerta que “existe a possibilidade da sua permanência encontrar-se afetada, em razão da autonomia e gestão dos recursos, pois o que ocorre, na maioria dos campi, é que os recursos se tornam insuficientes diante da demanda prevista pelo próprio Programa”. Dessa forma, a instituição não é responsável pela gestão dos serviços, mas do repasse financeiro de auxílios.

O acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passou por considerável mudança a partir da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, visto que tem como critério a conclusão do Ensino Médio em escola pública. A partir disso, a renda familiar, a raça/etnia e pessoa com deficiência compõem grupos das cotas. Desse modo, o perfil da comunidade estudantil tem apresentado mudanças com a significativa necessidade da assistência estudantil.

Nesse sentido, foi criado, através da Portaria do Ministério da Educação nº 389/2013, o Programa Bolsa Permanência para atender espacialmente indígenas e quilombolas em condição de vulnerabilidade socioeconômica. Assim:

> Art. 4º A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. § 1º O valor da Bolsa Permanência será estabelecido por Resolução do FNDE, após manifestação técnica das Secretarias de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação, em valor não inferior ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica. § 2º A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal (BRASIL, 2013).

Entretanto, com o golpe parlamentar realizado através do *impeachment* em 2016 e o avanço do conservadorismo no país, Bolsonaro foi eleito e isso acarretou, ainda mais, em perda de direitos. Em 2019, o Ministério da Educação emitiu ofício[iii] aos dirigentes das universidades encaminhando orientações que infligem o regramento legal de maior peso. A exemplo disso, a Portaria nº 389/2013, que estabeleceu a Bolsa Permanência em seu artigo 6º:

> A Bolsa Permanência concedida pelo Ministério da Educação é acumulável com outras modalidades de bolsas acadêmicas e com auxílios para moradia, transporte, alimentação e creche criados por atos próprios das instituições federais de ensino superior.
> Parágrafo único. Para fins de cumprimento do disposto no caput, a IFES informará, no ato de cadastro do beneficiário, a soma total dos benefícios pecuniários de permanência recebidos pelo estudante, que não poderá ultrapassar o valor de 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) por estudante, salvo para os estudantes indígenas e quilombolas. (BRASIL, 2013)

Nesse caso, o ofício mencionado orienta pela impossibilidade de manutenção de ambos. Desse modo, a partir da leitura das gestões da assistência estudantil nas universidades as/os discentes estão sendo prejudicados e deixando de ter acesso aos direitos conquistados.

Frente a isso, destaca-se a importância da ampliação do Serviço Social na política de assistência estudantil, devendo atuar na defesa e garantia das condições de acesso e permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior, enquanto um direito social. Nessa área, os/as assistentes sociais são requisitados/as para elaboração, execução e acompanhamento de ações ligadas à assistência estudantil, utilizando-se dos instrumentos e técnicas da profissão, tais como observação, atendimentos, orientação social, entrevistas, visitas domiciliares e estudos socioeconômicos.

Nesse contexto de expansão do Serviço Social na assistência estudantil após a implementação do PNAES, a difusão da temática no interior da categoria também tem conquistado expressividade, visto que a produção de conhecimento da profissão está, em grande parte, ligada à análise de campos privilegiados da atuação profissional dos/as assistentes sociais. Desta maneira, considera-se essencial verificar como está sendo realizada a discussão sobre a assistência estudantil nas

produções científicas do Serviço Social, de modo a imprimir um olhar crítico sobre a realidade.

3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM PANORAMA A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES DO PROSS/UFS

Para atender a proposta deste artigo, irá discorrer-se acerca da produção de conhecimento do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe no período de 2013 a 2019, que trata da temática assistência estudantil. As dissertações aqui analisadas foram encontradas por meio de levantamento realizado no endereço eletrônico do PROSS/UFS, no qual foram identificadas 4 (quatro) dissertações que abordam o tema em questão no recorte temporal estabelecido. Ressalta-se que a temática perpassa as duas linhas de pesquisa do programa, são elas “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social” e “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”, o que diferencia é o recorte da pesquisa.

Os trabalhos acadêmicos analisados apresentam aspectos da assistência estudantil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). No quadro abaixo, são apresentadas as informações gerais das dissertações.

Quadro 1 – Relação de dissertações e dados gerais (2013-2019)

TÍTULO	AUTOR(A)	ANO	LINHA DE PESQUISA	ORIENTADOR(A)
A Assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior público no Brasil: Um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES	Maria Rosângela Albuquerque Melo	2013	Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social	Prof.ª Dr.ª Nailsa Maria Souza Araújo
Uma análise das ações de Assistência	Ana Paula Leite	2014	Políticas Sociais,	Profª. Drª. Josiane Soares Santos

Estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe	Nascimento		Movimentos Sociais e Serviço Social	
Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da universidade federal de Sergipe	Danielle Lima Menezes Ananias	2018	Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social	Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição Vasconcelos Gonçalves
As relações de gênero nas residências universitárias do Campus I da UNEB	Francine Melo Rosa Alves de Santana	2019	Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social	Prof.ª Dr.ª Maria Helena Santana Cruz

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de pesquisa documental.

Com base no quadro acima, verifica-se que não há um ano predominante, cada uma foi defendida em um ano específico, 2013, 2014, 2018 e 2019, respectivamente. Assim, fica evidente que ocorreu um hiato nas produções sobre assistência estudantil durante o período entre 2015-2017. Além disso, percebe-se que as duas linhas de pesquisas possuem um número igual de dissertações em torno da temática em questão – duas em cada –, mas com recortes de análises diferentes e coerentes com a linha. Na Linha “Trabalho, Formação Profissional e Serviço Social”, as dissertações analisam a política de assistência estudantil da UFS e as especificidades da atuação profissional do/a assistente social na assistência estudantil, enquanto na Linha “Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social”, os trabalhos buscam compreender o impacto das ações da assistência estudantil nas instituições e/ou na vida dos usuários.

No intuito de desvelar como está organizada a discussão sobre assistência estudantil nessas dissertações, foi realizada uma breve leitura dos seus resumos, introdução e considerações finais, a fim de analisar o conteúdo dos trabalhos, considerando o objeto de pesquisa, os procedimentos metodológicos e os principais resultados.

Na dissertação "**A Assistência estudantil no contexto da reforma do ensino superior público no Brasil:** Um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES", a autora Maria Rosângela Albuquerque Melo utilizou como fonte a pesquisa bibliográfica e documental, com base nos documentos da UFS (Relatórios de Gestão da UFS e de Atividades da PROEST, Resoluções, Portarias, Editais, etc.) do período de 2008-2012. Com uso da abordagem quali-quantativa, sua pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, cuja análise dos dados foi norteada pelo materialismo histórico-dialético.

Melo (2013) realizou uma análise sobre a implantação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) na UFS, assim como a assistência estudantil antes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e seu processo de implantação na UFS. Nessa dissertação, foram apresentados aspectos acerca da política de educação compreendendo as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva e consequentemente as influências dos organismos internacionais para a privatização e flexibilização. A autora retratou desde a reforma universitária do governo Lula, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Públicas Federais (REUNI) até a implantação do Programa Nacional da Assistência Estudantil (PNAES). Assim, o enfoque principal da pesquisa consistiu nos impactos da política de educação e, especialmente, da política de assistência estudantil, após a implantação do PNAES e suas repercussões na Universidade Federal de Sergipe. Uma questão que é recorrente é a demanda por assistência estudantil, a cada ano ela supera o período anterior, visto o crescimento também do número de discentes na instituição.

É salutar informar que também foi detectada outra pesquisa com discussão acerca da política de assistência estudantil, entretanto, voltada para análise no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS). A dissertação intitulada **"Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe"**, de autoria de Ana Paula Leite Nascimento, utilizou da pesquisa qualitativa associada a dados quantitativos, pesquisa bibliográfica e documental, referenciada na perspectiva de análise materialista histórico-dialético.

O trabalho de Nascimento (2014) analisou as ações de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) no período entre 2008 e 2012, nos campi de Aracaju, São Cristóvão e Lagarto. Assim, o cenário para a institucionalização do IFS também foi avaliado e identificou-se os elementos que estão relacionados à assistência necessária à permanência e desenvolvimento dos estudantes, especialmente o orçamento público voltado para este fim.

Foi possível, através de seu levantamento de dados, identificar que a demanda pelos auxílios ofertados ainda é superior que a oferta da instituição, assim, pessoas em condições de vulnerabilidade socioeconômica ficavam excluídas. Desse modo, foi constatado que a implementação das ações de assistência estudantil se deu de modo insuficiente para atender as condições básicas para que o discente possa permanecer cotidianamente em estudo no IFS.

Com autoria de Danielle Lima Menezes Ananias, a dissertação "**Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da universidade federal de Sergipe**" apresentou uma pesquisa fundamentada no método dialético, de caráter exploratório com abordagem qualitativa, tendo como subtipo de pesquisa o estudo de caso. Como método de pesquisa, a autora optou pelas fontes bibliográficas e análise documental, cuja fonte foram o Programa Nacional de Assistência Estudantil, os documentos produzidos pela UFS (Relatórios de gestão, Atos regulamentares da UFS, e leis referentes a política de educação e o Serviço Social. Em relação aos instrumentais de pesquisa, foram utilizados questionários semiestruturados, aplicados aos assistentes sociais que atuam na política de assistência estudantil da UFS.

Ananias (2018) fez um breve histórico da educação no ensino superior, assim como da política de assistência estudantil, para, em seguida, apresentar os elementos necessários ao exercício profissional do Serviço Social nesse espaço. Nesse contexto, realizou o recorte do exercício profissional das assistentes sociais na assistência estudantil na UFS. Esse cenário apresentado em relação ao Programa Nacional de Assistência Estudantil foi posterior ao analisado por Melo (2013), ainda anterior as mudanças provocadas pelos auxílios, regulamentado por resolução no Conselho Superior Universitário – CONSU e voltados para as áreas de

atuação discriminadas no referido Programa. Além disso, a questão central foi a atuação profissional e não a situação da política de assistência estudantil.

Ananias (2018) retomou o exercício profissional do assistente social na educação, destacando que a política de educação também sofre os impactos provocados pela dinâmica contraditória do capitalismo agravando a questão social. Desse modo, os profissionais atuam na defesa dos direitos sociais e buscam contribuir com o acesso das demandas sociais a fim de dirimir as diferenças sociais dos estudantes para ensejar um melhor processo de permanência. Cabe salientar que os limites para o exercício profissional estão postos diante das posições da gestão institucional e as requisições realizadas a categoria.

A dissertação intitulada **"As relações de gênero nas residências universitárias do Campus I da UNEB**", com autoria de Francine Melo Rosa Alves de Santana, possui uma abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético e faz uso da pesquisa bibliográfica, documental (com base em documentos sobre políticas públicas para a inclusão e permanência de jovens no ensino superior, entre outras) e empírica, recorrendo a entrevista semiestruturada como instrumento de pesquisa.

Santana (2019) analisou as vivências dos estudantes moradores/as das residências universitárias – uma ação viabilizada por meio da política de assistência estudantil – do campus I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sob a perspectiva de gênero. Para tanto, fez uma contextualização teórico e política das relações de gênero e como isso perpassa a política de assistência estudantil, inclusive da UNEB, para em seguida, apresentar o perfil dos/as residentes, relacionando os dados às contradições expressas na realidade.

Em sua pesquisa, foi possível verificar que, no referido campus, o perfil dos/das residentes é composto, em sua maioria, por jovens negros/as de 18 a 29 anos, oriundos de escola pública e vulneráveis socioeconomicamente. Os relatos dos/das estudantes evidenciaram a importância da assistência estudantil em sua manutenção na universidade, uma vez que sua principal fonte de renda provém do auxílio das bolsas e a residência oportuniza uma proximidade física com o *campus* e a possibilidade de construir vínculos sociais e afetivos nesse espaço. Em relação ao

gênero, ficou evidente que a naturalização da subordinação feminina impossibilita que algumas pessoas reconheçam as desigualdades de gênero em sua vivência. Além disso, apesar da política de assistência estudantil assistir as mulheres, há uma insuficiência de ações específicas para as mulheres residentes, em especial na UNEB, o que gera mais dificuldades em suas vivências estudantis. Notou-se que, apesar dos esforços, ainda há a necessidade do desenvolvimento de ações para atenuar as desigualdades existentes na instituição.

Diante do exposto, foi constatado que as dissertações relacionam a assistência estudantil à política de educação superior e aos contextos sócio-históricos, considerando os determinantes da sociedade capitalista. O conjunto dos trabalhos apresentados realizam discussões de grande contribuição para a análise da política de assistência estudantil, elencando elementos a respeito da sua materialização nas instituições, assim como do exercício profissional do Serviço Social.

3 CONCLUSÃO

Considera-se fundamental a realização de pesquisas no Serviço Social sobre a política de assistência estudantil, ao passo que se apresenta como um espaço de intervenção da profissão, e como já mencionado, a produção científica da área privilegia os conteúdos do exercício profissional dos/as assistentes sociais, principalmente, a análise das políticas sociais em que atuam.

Retomando o objetivo desta pesquisa, no período de 2013-2019 foram identificadas apenas 4 dissertações sobre assistência estudantil no PROSS/UFS. Destas, duas analisam a política de assistência estudantil das instituições federais de ensino em Sergipe (Universidade Federal de Sergipe e IFS/Sergipe, respectivamente), uma investiga o exercício profissional dos/as assistentes sociais na referida política e uma examina o impacto da ação de moradia estudantil, sob a perspectiva dos estudantes residentes.

Considerando que, durante o período de análise 2013-2019, o Programa possuía 71 dissertações, é evidente que o número de dissertações referentes à

assistência estudantil no PROSS/UFS é reduzido, o que indica a necessidade de problematizar ainda mais esse tema nas produções científicas do Serviço Social, uma vez que, a produção de estudos acerca da assistência estudantil serve de subsídio para a atuação dos/as assistentes sociais nesse espaço, pois, o exercício profissional carrega as mediações da produção de conhecimento.

Ademais, numa conjuntura de regressão de direitos sociais e desmonte da educação superior pública, como a atual, é essencial articular mecanismos de enfrentamento à ofensiva ultraconservadora do capital. Assim, a discussão teórica acerca da assistência estudantil, fundamentada numa perspectiva crítica, também é uma forma de contribuir com a luta em defesa da efetiva democratização da educação, não somente pelo acesso, mas também através da permanência dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ANANIAS, Danielle Lima Menezes. **Análise do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe**. 2018. 164 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 389, de 9 de maio de 2013**. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2013]. Disponível em: http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício-circular nº 16/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 22

ago. 2019. Assunto: PNAES. Inconformidades. Orientações. Boas práticas de gestão. Controles. Otimização e eficiência do gasto. Disponível em: https://www.ufpb.br/prape/contents/manuais/oficio-mec-pnaes.pdf Acesso em: 14 ago. 2021.

FONAPRACE. **V Pesquisa Nacional de Perfil Sócio Econômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES 2018**. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf Acesso em: 14 ago. 2021.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago., 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 14 ago. 2021.

MELO, Maria Rosângela Albuquerque. **A assistência estudantil no contexto da "reforma" do ensino superior público no Brasil**: um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da implantação do PNAES. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2013.

MENDES, Raquel de Oliveira. **O "Combo" da Trajetória da Formação Escolar no IFS: o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes negros cotistas no Ensino Médio Integrado do campus Aracaju**. 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Instituto Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe**. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2014.

SANTANA, Francine Melo Rosa Alves de. **As relações de gênero nas residências universitárias do Campus I da UNEB**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019.

---

[i] Documento emitido pelo Ministério da Educação (MEC).
[ii] Regramento legal sancionado pelo presidente da República.
[iii] O Ofício-Circular nº 16/2019/CGRE/DIPPES/SESU/SESU-MEC foi emitido pelo Ministério da Educação em 22 de agosto de 2019 e encaminhado aos Reitores das Universidades Federais.